

**MINUTA**

---

**SIG 06.2016.00000432-5**

**MINUTA**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por sua Promotora de Justiça, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Coronel Freitas/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **Município de Águas Frias/SC**, por seu Prefeito Municipal, Ricardo Rolim de Moura, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, autorizados pelos artigos 5º, § 6º, da Lei 7.347/85 e 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe proteger o patrimônio público e social, nos moldes do artigo 127, *caput*, e artigo 129, inciso III, ambos da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** a premente necessidade de serem adotadas, pelo Poder Público Municipal, enquanto responsável pela administração e/ou fiscalização dos cemitérios, condições gerais de higiene e saneamento a que aludem as normas técnicas aprovadas pela autoridade de saúde competente, a teor do disposto no artigo 30, V, da Constituição Federal, artigo 10, IV, da Lei 7.783/89 e

**MINUTA**

---

artigo 9º, XXXIII, "b", da Lei Orgânica do Município de Águas Frias<sup>1</sup>.

**CONSIDERANDO** as condições sanitárias, de cunho ambiental e urbanístico, a que alude a legislação, notadamente o preconizado na Lei Estadual 6.320/83<sup>2</sup>, disposições relativas aos cemitérios e jazigos a que alude o Decreto Estadual 30.570/86<sup>3</sup>, e a Resolução CONAMA 335, de 2003<sup>4</sup>, no Cemitério Municipal de Águas Frias.

**CONSIDERANDO** que os objetivos deste Inquérito Civil se destinam a apurar o cumprimento das condições sanitárias, de cunho ambiental e urbanístico, a que alude a legislação, essencialmente, o respeito às práticas e valores religiosos e culturais da população;

**R E S O L V E M**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) mediante as cláusulas que se seguem:

**I - OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** O presente Termo de Compromisso de

---

<sup>1</sup> Constituição Federal: Art. 30. Compete aos Municípios [...] V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Lei 7.783/89: Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais [...]: IV - funerários;

Lei Orgânica do Município de Águas Frias: Art. 9.º – Compete ao Município [...]: XXXIII – regular, executar, licenciar, conceder, permitir ou autorizar os serviços, conforme o caso [...]: b – funerários e os cemitérios.

<sup>2</sup> Dispõe sobre normas gerais de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.

<sup>3</sup> Regulamenta os artigos 48, 49 e 50 da Lei nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que dispõem sobre Cemitérios e Afins.

<sup>4</sup> Dispõe sobre o licenciamento ambiental de cemitérios.

**MINUTA**

Ajustamento de Conduta (TAC) tem como objetivo a instalação de Cemitério Municipal pelo **COMPROMISSÁRIO**, em consonância com as condições sanitárias, de cunho ambiental e urbanístico, a que alude a legislação.

**II – OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar cópia do processo de licenciamento ambiental do Cemitério Municipal, nos moldes do que preconiza a Resolução CONAMA 335, de 2003;

**CLÁUSULA TERCEIRA.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar a aprovação da autoridade de saúde, referente ao projeto de construção, instalação, localização, topografia e natureza do solo, condições gerais de higiene e saneamento, vias de acesso e urbanismo do Cemitério Municipal, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>5</sup>;

**CLÁUSULA QUARTA.** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal, no que se refere à localização, condições de higiene e saneamento, nos termos do artigo 4º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>6</sup>, ressalvadas outras exigências específicas estabelecidas a critério do órgão ambiental competente;

<sup>5</sup> Art. 3º - Toda pessoa proprietária de/ou responsável por cemitério, só pode fazê-lo funcionar após obter aprovação da autoridade de saúde, cumprindo as normas deste Regulamento referentes ao projeto de construção, instalação, localização, topografia e natureza do solo, condições gerais de higiene e saneamento, vias de acesso e urbanismo.

<sup>6</sup> Art. 4º - A pessoa, para construir cemitério, no que se refere à localização, projeto de construção, condições de higiene e saneamento, deve obedecer aos seguintes requisitos: I - os cemitérios devem ser construídos em áreas elevadas, na contravertente das águas que possam alimentar poços e outras fontes de abastecimento; II - em caráter excepcional, podem ser tolerados, a juízo da autoridade de saúde, cemitérios em regiões planas; III - os cemitérios devem ser isolados, em todo o seu perímetro, de logradouros públicos ou de outras áreas abertas, distanciando dos mesmos de 15 m no mínimo, em zonas abastecidas por água, e de 30 m, no mínimo, em zonas não-providas de rede pública de abastecimento d'água; IV - o nível dos cemitérios deve, em relação aos cursos de água vizinhos ser suficientemente elevado de modo que as águas das enchentes não atinjam o fundo das sepulturas; V - o nível do lençol freático, nos cemitérios, deve ficar a 2 m no mínimo, de profundidade, sendo que na dependência das condições das sepulturas, deve ser feito o rebaixamento suficiente desse nível.

**MINUTA**

---

**CLÁUSULA QUINTA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal acompanhado de estudos especializados, comprovando a adequabilidade do solo e o nível do lençol freático, nos termos do artigo 5º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>7</sup>;

**CLÁUSULA SEXTA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal que contemple os itens previstos no artigo artigo 6º do Decreto Estadual 30.570/86, devendo ser ressaltado, para tanto, que a autoridade de saúde pode reduzir as exigências em função de limitações socioeconômicas<sup>8</sup>;

**CLÁUSULA SÉTIMA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal que destine 20%, no mínimo, de sua área total, à arborização ou ajardinamento, nos termos do artigo 7º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>9</sup>, ressalvadas outras exigências específicas estabelecidas a critério do órgão ambiental competente;

**CLÁUSULA OITAVA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal que contemple os vasos ornamentais de forma a não conservar água que permita a procriação de mosquitos, nos termos do artigo 8º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>10</sup>;

**CLÁUSULA NONA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal que contemple os itens previstos no

---

<sup>7</sup> Art. 5º - Os projetos de construção de cemitérios devem ser acompanhados de estudos especializados, comprovando a adequabilidade do solo e o nível do lençol freático.

<sup>8</sup> Art. 6º - A pessoa responsável pela construção de cemitérios deve provê-los de: I - local para administração e recepção; II - capela de velório que atenda aos requisitos exigidos neste Regulamento; III - depósito de materiais e ferramentas; IV - vestiários e instalações sanitárias para os empregados; V - instalações sanitárias para o público, separadas por sexo.

Parágrafo único - A autoridade de saúde pode reduzir as exigências deste artigo em função das limitações sócio-econômicas do município de localização do cemitério.

<sup>9</sup> Art. 7º - A pessoa responsável por cemitério deve destinar 20%, no mínimo, de sua área total, à arborização ou ajardinamento.

<sup>10</sup> Art. 8º - A pessoa responsável por cemitério deve providenciar para que os vasos ornamentais sejam preparados de forma a não conservar água que permita a procriação de mosquitos.

**MINUTA**

artigo artigo 9º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>11</sup>, ressalvadas outras exigências específicas estabelecidas a critério do órgão ambiental competente;

**CLÁUSULA DÉCIMA. O COMPROMISSÁRIO** obriga-se a apresentar projeto de construção do Cemitério Municipal que contemple as sepulturas e/ou jazigos de forma a serem bem vedados, sem falhas de alvenaria, para impedir a entrada de roedores, insetos e outros vetores de doença, nos termos do parágrafo único do artigo 9º do Decreto Estadual 30.570/86<sup>12</sup>;

**III – PRAZO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** As obrigações deverão ser integralmente cumpridas pelo **COMPROMISSÁRIO** no prazo máximo de **1 (um) ano**, a contar da assinatura do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC);

**IV – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entrará em vigor na data de sua assinatura. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do artigo 5º da Lei 7.347/85 e artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil e a promoção de arquivamento do procedimento administrativo ao qual se vincula, será submetida à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determina o § 3º do artigo 9º da Lei 7.347/85, nos termos do artigo 26, *caput*, do Ato 335/2014/PGJ.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** Em caso de descumprimento do

<sup>11</sup> Art. 9º - A pessoa responsável por cemitério deve providenciar para que as sepulturas tenham 1,70 m de profundidade, 0,80 m de largura e 2m de comprimento quando para adultos e 1,50 m quando para crianças, distando 0,70 m uma das outras, no mínimo, em todas as direções.

<sup>12</sup> Art. 9º. Parágrafo único - As sepulturas e/ou jazigos devem ser bem vedados, sem falhas de alvenaria, para impedir a entrada de roedores, insetos e outros vetores de doença.

**MINUTA**

presente acordo por parte do **COMPROMISSÁRIO**, incorrerá na multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), por cada obrigação que for descumprida, cujo valor será revertido ao Fundo Estadual de Reconstituição de Bens Lesados (FRBL).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** O Ministério Público do Estado de Santa Catarina (**COMPROMITENTE**) obriga-se a: **1)** não adotar qualquer medida judicial contra o **COMPROMISSÁRIO** que assina o presente Termo, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja integralmente cumprido durante o prazo estipulado; **2)** antes de promover a execução do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), requisitar informações ao **Município de Águas Frias** acerca do cumprimento das obrigações avençadas.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Coronel Freitas, 16 de abril de 2018.

[assinado digitalmente]

**RAFAELA VIEIRA BERGMANN**

**Promotora de Justiça**

**RICARDO ROLIM DE MOURA**  
**Prefeito do Município de Águas Frias**

**JHONAS PEZZINI**  
**Assessor Jurídico do Município de Águas Frias**  
**OAB/SC 33.678**